



Processo nº 10980.900383/2008-41
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1302-004.240 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de 12 de dezembro de 2019
Recorrente CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2003

DCOMP. ERRO DE PREENCHIMENTO. VERDADE MATERIAL. ATENÇÃO AO TEOR DE PARECER DA COSIT. VIABILIDADE DE ANÁLISE DO DIREITO CREDITÓRIO.

Comprovada ocorrência de erro de preenchimento da DCOMP e havendo elementos a corroborar a verossimilhança da vertente defensiva veiculada pelo Contribuinte, torna-se possível a avaliação do acervo probatório, para então decidir sobre a existência de liquidez e certeza do direito creditório. Em atenção ao Parecer COSIT nº 08/2014, queda-se prudente o retorno dos autos à Unidade de Origem, para continuidade da análise do indigitado direito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, para determinar o retorno dos autos à unidade de origem para a continuidade do análise do direito creditório pleiteado, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Tadeu Matosinho Machado - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Breno do Carmo Moreira Vieira – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Paulo Henrique Silva Figueiredo, Gustavo Guimaraes da Fonseca, Ricardo Marozzi Gregorio, Flávio Machado Vilhena Dias, Breno do Carmo Moreira Vieira e Luiz Tadeu Matosinho Machado (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (e-fls. 89 a 94) interposto contra o Acórdão n° 06-27.328, proferido pela 1^a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pelo Contribuinte.

O Recorrente teve sua DCOMP não homologada em virtude de discrepâncias nas informações prestadas na indigitada Declaração e na DIPJ, vide o Despacho Decisório:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DRF CURITIBA

DESPACHO DECISÓRIO

Nº de Rastreamento: 749313683
DATA DE EMISSÃO: 07/03/2008



1-SUJEITO PASSIVO / INTERESSADO									
CNPJ	NOME EMPRESARIAL								
78.791.712/0001-63	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA								
2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP									
PER/DCOMP COM DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO	PERÍODO DE APURAÇÃO DO CRÉDITO	TIPO DE CRÉDITO	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO						
21859.85008.300404.1.3.02-0046	3o. trimestre de 2003 - 01/07/2003 a 30/09/2003	Saldo Negativo de IRPJ	10980-900.383/2008-41						
3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL									
<p>Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado, não foi possível confirmar a apuração do crédito, pois o valor informado na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIRF) não corresponde ao valor do saldo negativo informado no PER/DCOMP. Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 21.794,98 Valor do saldo negativo informado na DIPJ: R\$ 22.179,91</p> <p>Dante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada no PER/DCOMP acima identificado. Valor devedor constatado, cqndrespondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 31/03/2008.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>INCIPAL</th> <th>MULTA</th> <th>JUROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>23.773,86</td> <td>4.754,79</td> <td>13.289,64</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para verificação dos valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço www.receita.fazenda.gov.br, na opção Serviços ou através de certificação digital na opção e-CAC, assunto PER/DCOMP Despacho Decisório.</p> <p>Enquadramento Legal: Parágrafo 1º do art. 6º e art. 28 da Lei 9.430, de 1996. Art. 5º da IN SRF 600, de 2005. Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</p>				INCIPAL	MULTA	JUROS	23.773,86	4.754,79	13.289,64
INCIPAL	MULTA	JUROS							
23.773,86	4.754,79	13.289,64							

Em sua exordial, o Contribuinte sustenta haver erro no preenchimento da DCOMP, *verbis*:

Em análise das declarações supra mencionadas, verificamos que houve erro no preenchimento da PER-DCOMP. Na ocasião, considerou-se apenas o valor do IRRF s/ Ganho c/ Aplicações em SWAP nos Bancos Real e Bradesco R\$ 11.761,79 e R\$ 10.033,19 respectivamente.). Foram omitidas as diversas retenções de IRRF referentes à Prestação de Serviços Educacionais p/ Pessoas Jurídicas no trimestre em questão, cujo montante chegou a R\$ 384,93.

Intimado para retificar as informações em sua DIPJ ou DCOMP (e-fl. 46), o Recorrente não atendeu à determinação do Fisco.

O Acórdão da DRJ, por seu turno, entendeu ser inviável homologar a quantia pleiteada, eis que o erro de preenchimento não pode ser mitigado pela omissão do Contribuinte em apresentar suas retificadoras. Transcrevo os principais trechos do Voto:

18. Portanto, em cumprimento ao disposto no art. 170 do CTN e do §14 do art. 74 da Lei n° 9.430/96, na hipótese de a origem do direito creditório ser saldo negativo de IRPJ, o direito de compensação do contribuinte está condicionado a que informe no PER/DCOMP idêntico valor de saldo negativo de IRPJ em relação ao que foi informado na DIPJ.

19. No presente caso, o contribuinte informou incorretamente os créditos que foram utilizados, havendo divergência entre o crédito informado no PER/DCOMP em relação à origem do direito creditório informado na DIPJ, contrariando a determinação minudenciada nos itens anteriores.

(...)

22. Depreende-se da leitura da Norma de Execução que a administração tributária, diante da divergência entre a DIPJ e o PER/DCOMP, no que se refere ao valor do saldo

negativo, deve proceder à intimação do sujeito passivo, para que retifique urna das declarações, de maneira a possibilitar o prosseguimento da análise. Não havendo a compatibilização do valor informado nas declarações, por meio de retificação empreendida pelo contribuinte, revela-se inviável o prosseguimento da análise, por não possuir o Fisco as informações necessárias para tal. E isso por falha do próprio contribuinte, consistente na apresentação de declarações divergentes.'

23. Conforme fls. 43/44, foi feita a devida intimação solicitando providências, como determinado pela Norma de Execução. O contribuinte quedou inerte.

Por fim, o Recurso Voluntário reitera os argumentos veiculados na Manifestação de Inconformidade, repisando, ainda, que o simples erro no preenchimento da DCOMP não afasta o direito do Contribuinte:

Ocorre que o crédito de saldo negativo de IRPJ é existente e deve ser considerado como válido para ser utilizado na compensação objeto desse recurso.

Cumpre esclarecer inicialmente que a não homologação das compensações em exame se deu em razão de erro no preenchimento do PER/DCOMP.

A recorrente pleiteou, via PER/DCOMP, compensação utilizando o Saldo Negativo de IRPJ do 3º/TRIM/03, informando no demonstrativo que esse crédito seria no valor de R\$ 21.794,98.

Ocorre que na DIPJ do mesmo período, ou seja, ano-calendário de 2003 - (3º/TRIM/03), apresentou que o saldo negativo de IRPJ seria de R\$ 22.179,91.

Entre os dois demonstrativos houve a geração de uma diferença de R\$ 384,93. Na manifestação de inconformidade a recorrente comprovou que houve um erro no preenchimento do PER/DCOMP.

O erro em questão decorreu do fato de a recorrente ter considerado apenas o valor do IRRF sobre ganho com aplicação em SWAP nos Bancos Real e Bradesco (R\$ 11.761,79 e R\$ 10.033,19 respectivamente). Desta forma, foram omitidas as diversas retenções de IRRF referentes à Prestação de Serviços Educacionais para Pessoas Jurídicas no 3º trimestre de 2003 cujo montante totaliza R\$ 384,93.

Logo, tendo a recorrente comprovado que houve um mero erro no preenchimento do PER/DCOMP, mas tendo apresentado a origem do seu saldo negativo, deve ser reconhecido o direito creditório e consequentemente homologada a compensação.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Breno do Carmo Moreira Vieira, Relator

O Recurso Voluntário atende aos pressupostos de admissibilidade extrínsecos e intrínsecos. Demais disto, observo a plena competência deste Colegiado, na forma do Regimento Interno do CARF. Portanto, opino por seu conhecimento.

Mérito

Por primeiro, impende ressaltar que a DRJ direcionou seu cerne decisório ao inadimplemento dos requisitos formais imperativos à homologação do crédito. Nessa ocasião, destacou a inadimplência do Contribuinte perante a intimação, a qual fora destinada à retificação da DCOMP ou DIPJ. Assim, não se analisaram as provas apresentadas ao longo do deslinde do PAF, mantendo hígido o Despacho Decisório em sua plenitude.

O Recorrente, por seu turno, mostra-se recalcitrante, por entender evidentes os erros materiais quando do preenchimento da DCOMP. Em sua versão, o equívoco decorreu do fato de o Contribuinte ter considerado apenas o valor do IRRF sobre ganho com aplicação em SWAP nos Bancos Real e Bradesco (R\$ 11.761,79 e R\$ 10.033,19 respectivamente).

Pois bem, há de se ponderar a verossimilhança do teor recursal (e da documentação acostada) frente ao Acórdão de piso, bem como a vertente majoritária adotada por este e. CARF.

Segundo notoriamente sabido, este Tribunal Administrativo admite a ponderação de erros meramente materiais quando do preenchimento de PER/DCOMP. Tal aspecto decorre da valorização da verdade material, sopesando o formalismo extremo que porventura obstaculize o reconhecimento do direito do Contribuinte. Nesse espeque, nas ocasiões em que é possível avaliar de pronto a composição do crédito, o CARF tem, inclusive, homologado os eventuais valores até o limite demonstrado no PAF. Por outro lado, nas circunstâncias em que as provas estejam turvas, remetem-se os autos à Unidade de Origem, para que se avalie o acervo probatório.

No presente caso, o Contribuinte trouxe ao PAF (desde a etapa exordial) uma série de documentos que julga ser possível identificar a edificação de seu direito creditório, afastando o erro material o qual vislumbra existir em sua DCOMP. Noutro giro, percebe-se que a DRJ proferiu seu Acórdão avaliando estritamente a impossibilidade de se ultrapassar o indigitado equívoco, posicionamento este – reitero – já relativizado neste CARF:

a. Acórdão nº 1302-004.031, Sessão de 16 de outubro de 2019, Rel. Cons. Luiz Tadeu Matosinho Machado

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2004

IRPJ. ESTIMATIVA MENSAL. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.
POSSIBILIDADE. SÚMULA CARF Nº 84.

É possível a caracterização de indébito, para fins de restituição ou compensação, na data do recolhimento de estimativa.

DCOMP. ERRO NO PREENCHIMENTO. EXISTÊNCIA DE SALDO NEGATIVO E NÃO PAGAMENTO A MAIOR. CONVOLAÇÃO. POSSIBILIDADE. A comprovação de cometimento de erro de fato no preenchimento da DCOMP possibilita a convolação do pedido de restituição de pagamento indevido ou a maior que o devido em pedido de restituição de saldo negativo.

b. Acórdão nº 1401003.170, Sessão de 20 de fevereiro de 2019, Rel. Cons. Carlos André Soares Nogueira

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2004

PAUTA DE JULGAMENTO. CARF. CIÊNCIA DO RECORRENTE

Não há previsão legal ou regimental para a intimação do recorrente para dar ciência da inclusão do processo em pauta.

RETIFICAÇÃO DO PER/DCOMP APÓS O DESPACHO DECISÓRIO. ERRO DE FATO.

Erro de fato no preenchimento de Dcomp não possui o condão de gerar um impasse insuperável, uma situação em que o contribuinte não pode apresentar uma nova

declaração, não pode retificar a declaração original, e nem pode ter o erro saneado no processo administrativo, sob pena de tal interpretação estabelecer uma preclusão que inviabiliza a busca da verdade material pelo processo administrativo fiscal, além de permitir um indevido enriquecimento ilícito por parte do Estado, ao auferir receita não prevista em lei.

Reconhece-se a possibilidade de transformar a origem do crédito pleiteado em pagamento indevido ou a maior, mas sem deferir o pedido de repetição do indébito ou homologar a compensação, por ausência de análise da sua liquidez e certeza pela unidade de origem, com o conseqüente retorno dos autos à jurisdição da contribuinte, para verificação da existência, suficiência e disponibilidade do crédito pretendido, nos termos do Parecer Normativo Cosit nº 8, de 2014.

A intelecção supra encontra-se também arvorada no PN COSIT nº 08/2014, cuja ementa transcrevo:

Assunto. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. REVISÃO E RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO – DE LANÇAMENTO E DE DÉBITO CONFESSADO, RESPECTIVAMENTE – EM SENTIDO FAVORÁVEL AO CONTRIBUINTE. CABIMENTO. ESPECIFICIDADES.

A revisão de ofício de lançamento regularmente notificado, para reduzir o crédito tributário, pode ser efetuada pela autoridade administrativa local para crédito tributário não extinto e indevido, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos I, VIII e IX do art. 149 do Código Tributário Nacional – CTN, quais sejam: quando a lei assim o determine, aqui incluídos o vício de legalidade e as ofensas em matéria de ordem pública; erro de fato; fraude ou falta funcional; e vício formal especial, desde que a matéria não esteja submetida aos órgãos de julgamento administrativo ou já tenha sido objeto de apreciação destes.

A retificação de ofício de débito confessado em declaração, para reduzir o saldo a pagar a ser encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para inscrição na Dívida Ativa, pode ser efetuada pela autoridade administrativa local para crédito tributário não extinto e indevido, na hipótese da ocorrência de erro de fato no preenchimento da declaração.

REVISÃO DE DESPACHO DECISÓRIO QUE NÃO HOMOLOGOU COMPENSAÇÃO, EM SENTIDO FAVORÁVEL AO CONTRIBUINTE.

A revisão de ofício de despacho decisório que não homologou compensação pode ser efetuada pela autoridade administrativa local para crédito tributário não extinto e indevido, na hipótese de ocorrer erro de fato no preenchimento de declaração (na própria Declaração de Compensação – Dcomp ou em declarações que deram origem ao débito, como a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF e mesmo a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, quando o crédito utilizado na compensação se originar de saldo negativo de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ ou de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), desde que este não esteja submetido aos órgãos de julgamento administrativo ou já tenha sido objeto de apreciação destes.

COMPETÊNCIA PARA EFETUAR A REVISÃO DE OFÍCIO.
Compete à autoridade administrativa da unidade da RFB na qual foi formalizada a exigência fiscal proceder à revisão de ofício do lançamento, inclusive para as hipóteses de tributação previdenciária.

REVISÃO DE OFÍCIO – ATO INSTRUMENTO DA REVISÃO.
O despacho decisório é o instrumento adequado para que a autoridade administrativa local efetue a revisão de ofício de lançamento regularmente notificado, a retificação de

ofício de débito confessado em declaração, e a revisão de ofício de despacho decisório que decidiu sobre reconhecimento de direito creditório e compensação efetuada.

RECORRIBILIDADE DA DECISÃO PROFERIDA EM REVISÃO DE OFÍCIO.

A revisão de ofício nas hipóteses aqui tratadas não se insere nas reclamações e recursos de que trata o art. 151, III, do CTN, regulados pelo Decreto nº 70.235, de 1972, tampouco se aplica a ela a possibilidade de qualquer outro recurso. Todavia, este posicionamento não deve ser aplicado para os casos de reconhecimento de direito creditório e de homologação de compensação alterados em virtude de revisão de ofício do despacho decisório que tenha implicado prejuízo ao contribuinte. Nesses casos, em atenção ao devido processo legal, deve ser concedido o prazo de trinta dias para o sujeito passivo apresentar manifestação de inconformidade e, sendo o caso, recurso voluntário, no rito processual do Decreto nº 70.235, de 1972, enquadrando-se o débito objeto da compensação no disposto no inciso III do art. 151 do CTN.

EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL COM O MESMO OBJETO DA REVISÃO DE OFÍCIO.

A revisão de ofício não é obstada pela existência de ação judicial com o mesmo objeto. Todavia, advindo decisão judicial transitada em julgado, somente esta persistirá, em face da prevalência da coisa julgada e da jurisdição única.

RECORRIBILIDADE EM SEDE DE EXECUÇÃO DE JULGADO ADMINISTRATIVO.

Na execução de decisão de órgão julgador administrativo, observam-se rigorosamente os limites materiais estabelecidos por este, inclusive quanto aos valores reivindicados pelo contribuinte, se sobre eles o órgão já houver se manifestado e declarado objetivamente no julgado; todavia, se no ato de execução do acórdão pela autoridade local houver discordância do contribuinte quanto aos valores apurados, e sobre os quais o órgão julgador não tenha se manifestado, devolvem-se os autos do processo às mesmas instâncias julgadoras, a fim de ser julgada a controvérsia quanto aos valores, sob o rito do Decreto nº 70.235, de 1972, não tendo que se falar em decurso do prazo de que trata o §5º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996; Não ocorre preclusão administrativa para fins de aferir o valor correto do crédito pleiteado pelo contribuinte, em fase de execução de julgado favorável a este, o qual não contenha manifestação sobre o aspecto quantitativo, quer seja por ser esta fase o momento processual oportuno, quer seja pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.

Dispositivos Legais. arts. 141, 145 e 149, incisos I, VIII e IX, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN); art. 37 da Constituição Federal; arts. 53, 63, §2º, 64-B, 65 e 69 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; art. 77 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1966; arts. 4º e 39 a 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; art. 19, § 7º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; arts. 42 e 59 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; art. 11, § 5º do Decreto-Lei nº 5.844, de 1943; art. 302, inciso I, da Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012; Portaria RFB nº 379, de 27 de março de 2013; IN RFB 1.396, de 16 de setembro de 2013; Portaria Conjunta SRF/PGFN nº 1, de 12 de maio de 1999.
e-processo 10166.729961/2013-93

Tendo em vista tal perspectiva holística da verdade processual, e considerando os documentos que ora compõem o presente PAF, não vejo como possível avaliar prontamente a liquidez e certeza do crédito decorrente IRRF sobre ganho com aplicação em SWAP nos Bancos Real e Bradesco. Contudo, dita análise pode ser perpetrada pela Unidade de Origem, para que exare sua percepção com base nos elementos aqui dispostos.

Ao se adotar tal providência, o presente Julgador não afasta a competência da autoridade da DRF de verificar a ocorrência da hipótese de revisão de ofício, de realizar o exame inaugural da liquidez e certeza do crédito pleiteado e, se for o caso, de homologar a compensação com débitos vencidos ou vincendos, nos termos do Parecer Normativo Cosit nº 8, de 2014.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso voluntário, para afastar o óbice de retificação na DCOMP, restituindo-se os autos à Unidade de Origem para análise da sua liquidez e certeza, e consequente verificação da existência, suficiência e disponibilidade do crédito pretendido, nos termos do Parecer Normativo Cosit nº 8, de 2014.

É como Voto.

(documento assinado digitalmente)

Breno do Carmo Moreira Vieira